

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2018

Ata de Registro de Preços nº 15/2018

Pregão Eletrônico nº 20170111

Processo nº 4102216/2017

Processo Cagece nº0673.000005/2016-60

Aos 02 dias do mês de março de 2018, na sede da **COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE**, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Eletrônico nº 20170111 do respectivo resultado homologado, publicado no Diário Oficial do Estado em 12/01/2018, às fls 897, do Processo nº0673.000005/2016-60/CAGECE e do Processo nº 4102216/2017, que vai assinada pelo titular da CAGECE, gestora do Registro de Preços, pelos representantes legais dos detentores do registro de preços, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento fundamenta-se:

- I. No Pregão Eletrônico nº 20170111
- II. Nos termos do Decreto Estadual nº 28.087, de 10/1/2006, publicado D.O.E de 12/1/2006.
- III. Na Lei Federal n.º 8.666, de 21.6.93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços, visando futuras e eventuais aquisições de **CONEXÕES FOFO**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico nº 20170111 que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº0673.000005/2016-60/CAGECE e do Processo nº 4102216/2017.

Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Caberá a Gerência de Suprimentos – GESUP da CAGECE o gerenciamento deste instrumento, no seu aspecto operacional e nas questões legais, em conformidade com as normas do Decreto Estadual nº 28.087/2006, publicado no D.O.E de 12/1/2006.

CLÁUSULA QUINTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em decorrência da publicação desta Ata, o participante do SRP poderá firmar contratos com os fornecedores com preços registrados, devendo comunicar ao órgão gestor, a recusa do detentor de registro de preços em fornecer os bens no prazo estabelecido pelos órgãos participantes.



Cagece – Companhia de Água e Esgoto do Ceará
Av. Dr. Lauro Vieira Chaves, 1030 – Vila União
CEP: 60.420-280 - Fortaleza - CE – Brasil
Fone: (85) 433.5717 Fax: (85) 433-5723

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2018

Subcláusula Primeira- O fornecedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

Subcláusula Segunda - Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas no edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

Os signatários desta Ata de Registro de Preços assumem as obrigações e responsabilidades constantes no Decreto Estadual de Registro de Preços nº 28.087/2006.

Subcláusula Primeira - Competirá ao órgão gestor do Registro de Preços, o controle e administração do SRP, em especial, as atribuições estabelecidas nos incisos I ao VI, do art. 13, do Decreto Estadual nº 28.087/2006.

Subcláusula Segunda - Caberá ao órgão participante, as atribuições que lhe são conferidas nos termos dos incisos I a V, do art. 14, do Decreto Estadual nº 28.087/2006.

Subcláusula Terceira - O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigado a:

a) atender os pedidos efetuados pelo(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) do SRP, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados nesta Ata, durante a sua vigência.

b) fornecer os bens ofertados, por preço unitário registrado, nas quantidades indicadas pelo participante do Sistema de Registro de Preços.

c) responder no prazo de até 5 (cinco) dias a consultas do órgão gestor de Registro de Preços sobre a pretensão de órgão/entidade não participante (carona).

d) Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

Subcláusula Quarta - Caberá a contratada providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados são os preços unitários ofertados nas propostas das signatárias desta Ata, os quais estão relacionados no Mapa de Preços dos itens, anexo a este instrumento e servirão de base para futuras aquisições, observadas as condições de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados só poderão ser revistos nos casos previstos no art. 22, do Decreto Estadual nº 28.087/2006.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

Os preços registrados na presente Ata, poderão ser cancelados de pleno direito, nas situações previstas no art. 23, e na forma do art. 24, ambos do Decreto Estadual nº 28.087/2006.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES PARA A AQUISIÇÃO



ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2018

As aquisições dos bens que poderão advir desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual a ser celebrado entre o órgão participante/interessados e o fornecedor.

Subcláusula Primeira - Caso o fornecedor classificado em primeiro lugar, não cumpra o prazo estabelecido pelos órgãos participantes, ou se recuse a efetuar o fornecimento, terá o seu registro de preço cancelado, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei e no instrumento contratual.

Subcláusula Segunda - Neste caso, o órgão participante comunicará ao órgão gestor, competindo a este convocar sucessivamente por ordem de classificação, os demais fornecedores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

Subcláusula Primeira - Quanto à entrega:

a) O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações, prazos e locais estabelecidos no Anexo I - Termo de Referência do edital.

b) Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

Subcláusula Segunda - Quanto ao recebimento:

a) PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.

b) DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, conseqüente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O pagamento advindo do objeto da Ata de Registro de Preços será proveniente dos recursos do(s) órgão(s) participante(s) e será efetuado no trigésimo dia contado da data da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo gestor da contratação, acompanhada de todos os documentos complementares descritos do item "a" da subcláusula quinta, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, exclusivamente no Banco Bradesco S/A.

Subcláusula Primeira – A partir da data da entrega da nota fiscal, o fornecedor tem 5 (cinco) dias para apresentar todos os documentos complementares. Caso seja ultrapassado este prazo, os 30 dias citados na Cláusula Décima Segunda somente começarão a contar a partir da data de entrega do último documento complementar exigido no item "a" da subcláusula quinta.

Subcláusula Segunda – A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata a Cláusula Décima Segunda começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

Subcláusula Terceira – Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Subcláusula Quarta – É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20170111.

Subcláusula Quinta – Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos documentos complementares a nota fiscal:



ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2018

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Estaduais; Certidão Negativa de Débitos Municipais; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Subcláusula Sexta – Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

Subcláusula Sétima – Nos casos de eventuais atrasos ou antecipações de pagamentos, haverá recomposição ou desconto com base nos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês “pro rata die”, a partir da data do vencimento e a data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Subcláusula Primeira - O fornecedor que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 32, do Decreto Estadual nº 28.089/2006, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, estará sujeito às seguintes penalidades:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o preço total do (s) item (ns) registrado(s) .

b) Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da multa prevista neste instrumento e das demais cominações legais.

Subcláusula Segunda – O fornecedor recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

Subcláusula Terceira – Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

O detentor de preços registrado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”:



ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2018

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

Subcláusula Primeira - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

Subcláusula Segunda- Considerando os propósitos dos itens acima, o licitante vencedor como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, - em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

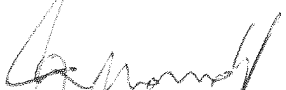
Subcláusula Terceira- O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.


CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro do município de Fortaleza do Estado do Ceará, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

Signatários: -----

Órgão Gestor	Nome do titular	Cargo	CPF	RG	Assinatura
CAGECE	JOSÉ FERNANDES DA SILVA FILHO - GERÊNCIA DE SUPRIMENTOS - GESUP	GERENTE	687.431.733-49	20071435845	

Detentores do Registro de Preços	Nome do Representante	Cargo	CPF	RG	Assinatura
TCL - TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	ONOFRE FERREIRA LIMA	SÓCIO	061.484.173-91	2009023227-0 SSPDS-CE	



ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2018

MAPA DE PREÇOS DOS BENS

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre a **COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE** e os fornecedores, cujos preços estão a seguir registrados por item, em face da realização do Pregão Eletrônico nº 20170111.

GRUPO/ITEM	CÓD. ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	FORNECEDORES POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	QUANT.	UNID.	PREÇO REGISTRADO DO ITEM (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.1	212105 000009	COLAR TOMADA FOFO P/ FOFO 50 MM X 1POL	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	750	PC	10,80	8.100,00
1.2	212105 000014	COLAR TOMADA FOFO P/FOFO 250 MM X 1POL	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	750	PC	46,40	34.800,00
1.3	212105 000008	COLAR TOMADA FOFO P/FOFO 300 MM X 3/4 POL	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	750	PC	62,80	47.100,00
1.4	212105 000018	COLAR TOMADA FOFO P/TUBO PVC DN 150 MM X 3/4 POL	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	750	PC	24,80	18.600,00
1.5	212105 000025	COLAR TOMADA FOFO P/TUBO PVC DN 250 MM X 3/4 POL	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	375	PC	50,40	18.900,00
1.6	212105 000034	COLAR TOMADA FOFO P/TUBO PVC DN 250 MM X 1POL	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	375	PC	49,20	18.450,00
1.7	212105 000026	COLAR TOMADA FOFO P/TUBO PVC DN 300 MM X 3/4 POL	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	375	PC	63,20	23.700,00
1.8	212110 000009	FLANGE AVULSO FOFO C/FUROS DN 50MM PN 10	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	113	PC	38,00	4.294,00
1.9	212110 000012	FLANGE AVULSO FOFO C/FUROS DN 150 MM PN 10/16	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	188	PC	97,60	18.348,80
2.10	212105 000009	COLAR TOMADA FOFO P/ FOFO 50 MM X 1POL	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	250	PC	10,80	2.700,00
2.11	212105 000014	COLAR TOMADA FOFO P/FOFO 250 MM X 1POL	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	250	PC	46,40	11.600,00
2.12	212105 000008	COLAR TOMADA FOFO P/FOFO 300 MM X 3/4 POL	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	250	PC	62,80	15.700,00
2.13	212105 000018	COLAR TOMADA FOFO P/TUBO PVC DN 150 MM X 3/4 POL	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	250	PC	24,80	6.200,00



ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2018


2.14	212105 000025	COLAR TOMADA FOFO P/TUBO PVC DN 250 MM X 3/4 POL	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	125	PC	50,40	6.300,00
2.15	212105 000034	COLAR TOMADA FOFO P/TUBO PVC DN 250 MM X 1POL	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	125	PC	49,20	6.150,00
2.16	212105 000026	COLAR TOMADA FOFO P/TUBO PVC DN 300 MM X 3/4 POL	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	125	PC	63,20	7.900,00
2.17	212110 000009	FLANGE AVULSO FOFO C/FUROS DN 50MM PN 10	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	37	PC	38,00	1.406,00
2.18	212110 000012	FLANGE AVULSO FOFO C/FUROS DN 150 MM PN 10/16	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	62	PC	97,60	6.051,20
5.83	212124 000008	JUNTA GIBALTY FOFO DN 350 X 350 MM PN 16	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	75	PC	734,00	55.050,00
5.84	212124 000007	JUNTA GIBALTY FOFO DN 300 X 300 MM PN 16	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	113	PC	553,20	62.511,60
5.85	212124 000037	JUNTA GIBALTY FOFO P/TUBO PVC DN 200 MM	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	75	PC	268,00	20.100,00
5.86	212124 000038	JUNTA GIBALTY FOFO P/TUBO PVC DN 250 MM L = 30 CM	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	38	PC	344,00	13.072,00
5.87	212115 000034	LUVA FOFO TRIPARTIDA DN 150 MM	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	23	PC	584,80	13.450,40
5.88	212115 000035	LUVA FOFO TRIPARTIDA DN 200 MM	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	30	PC	730,00	21.900,00
5.89	212115 000036	LUVA FOFO TRIPARTIDA DN 250 MM	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	30	PC	992,80	29.784,00
5.90	212115 000055	LUVA FOFO TRIPARTIDA DN 300 MM	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	15	PC	1.302,00	19.530,00
5.91	212115 000042	LUVA FOFO JM DN 550 MM	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	8	PC	4.621,60	36.972,80
6.92	212124 000008	JUNTA GIBALTY FOFO DN 350 X 350 MM PN 16	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	25	PC	734,00	18.350,00
6.93	212124 000007	JUNTA GIBALTY FOFO DN 300 X 300 MM PN 16	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	37	PC	553,20	20.468,40
6.94	212124 000037	JUNTA GIBALTY FOFO P/TUBO PVC DN 200 MM	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	25	PC	268,00	6.700,00
6.95	212124 000038	JUNTA GIBALTY FOFO P/TUBO	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	12	PC	344,00	4.128,00



ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2018

		PVC DN 250 MM L = 30 CM						
6.96	212115000034	LUVA FOFO TRIPARTIDA DN 150 MM	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	7	PC	584,80	4.093,60
6.97	212115000035	LUVA FOFO TRIPARTIDA DN 200 MM	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	10	PC	730,00	7.300,00
6.98	212115000036	LUVA FOFO TRIPARTIDA DN 250 MM	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	10	PC	992,80	9.928,00
6.99	212115000055	LUVA FOFO TRIPARTIDA DN 300 MM	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	5	PC	1.302,00	6.510,00
6.100	212115000042	LUVA FOFO DN 550 MM	FANUEL	TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA	2	PC	4.621,60	9.243,20
TOTAL GERAL								615.392,00

Fortaleza, 02 de março 2018.


 JOSÉ FERNANDES DA SILVA FILHO
 GERENTE DE SUPRIMENTOS – GESUP


 ADALBERTO NAROLEÃO DE A. NETO
 SUPERINTENDENTE FINANCEIRO E DE ATIVOS - SFA

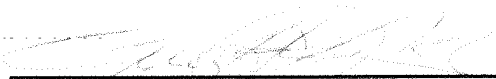

 DARIO SIDRIM PERINI
 DIRETORIA DE GESTÃO CORPORATIVA – CAGECE


 NEURISÂNGELO CAVALCANTE DE FREITAS
 DIRETOR-PRESIDENTE – CAGECE

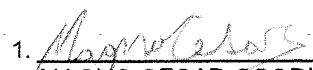



ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2018

DE ACORDO:


TCL – TECNOMECÂNICA COMERCIAL LTDA
CNPJ: 11.739.588/0001-16
ONOFRE FERREIRA LIMA
RG.2009023227-0 SSPDS-CE
CPF: 061.484.173-91

Testemunhas:

1. 
MAGNO CESAR OSORIO MAIA
RG.92015137742
CPF: 725609913-49

2. 
THALES JOSE VIEIRA DE ARAUJO
RG: 2004029088457
CPF: 053.286.153-10



